

Concordâncias e discordâncias de Dewey com Freud¹

Dewey's agreements and disagreements with Freud

Erika Natacha Fernandes de Andrade²

Marcus Vinicius da Cunha³

RESUMO

Este artigo expõe ideias de Sigmund Freud sobre temas que são fundamentais para compreender o homem contemporâneo: a constituição do psiquismo; a formação e a resolução das patologias mentais; a cultura em sentido amplo e a educação como elemento mediador entre o indivíduo e a sociedade. O objetivo é apresentar e comparar as análises feitas por John Dewey sobre esses mesmos temas, tomando por base o livro *Human nature and conduct*. As comparações entre os discursos freudiano e deweyano são feitas por meio da metodologia proposta por Chaïm Perelman no livro *Tratado da argumentação* (elaborado em coautoria com Olbrechts-Tyteca), que busca esclarecer as estratégias argumentativas usadas por um autor para obter ou aumentar a adesão às teses propostas e, com isso, despertar ações concretas. As conclusões sugerem que, embora Dewey discorde de Freud, existem pontos de concordância entre ambos, especialmente no que diz respeito ao significado dos impulsos e da sublimação e à concepção de que o conhecimento é mutável e impreciso, o que rejeita a crença em certezas absolutas e insere as decisões e ações humanas no âmbito da probabilidade.

Palavras-chave: John Dewey; Sigmund Freud; discurso psicológico; educação; retórica.

¹ As pesquisas que originaram este trabalho foram subsidiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Mestre em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Doutoranda em Educação Escolar na Universidade Estadual Paulista (UNESP)-Araraquara, Brasil. E-mail: erikaandra@hotmail.com.

³ Doutor em História e Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo, Livre-docente em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista, pesquisador do CNPq e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. E-mail: mvcunha2@hotmail.com.

ABSTRACT

This article exposes Sigmund Freud's ideas about themes which are fundamental to the comprehension of the contemporary man: the psychic constitution; the formation and resolution of mental pathologies; the broad meaning of culture and the education as a mediating element between individual and society. This paper aims to present and compare the analysis made by John Dewey regarding these same themes based on the book *Human nature and conduct*. The comparisons between Freudian and Deweyan discourses are made through the methodology proposed by Chaïm Perelman in the book *Treatise on argumentation* (co-authored by Olbrechts-Tyteca), which aims to clarify the argumentative strategies used by an author to obtain or increase adhesion to the proposed theses and, with that, to awaken concrete actions. The conclusions suggest that although Dewey disagrees with Freud, they agree on certain issues, especially regarding the meaning of impulses and sublimation and regarding the conception that knowledge is changeable and imprecise, what rejects the belief in absolute certainties and inserts human actions and decisions in the sphere of probability.

Keywords: John Dewey; Sigmund Freud; psychological discourse; education; rhetoric.

Introdução

Aparentemente, nada aproxima John Dewey de Sigmund Freud. Embora ambos dispensem apresentações, alguns dados podem ser lembrados para evidenciar a distância que os separa: Freud nasceu em 1856 na Morávia, viveu praticamente toda a sua vida na Europa, principalmente em Viena, e morreu na Inglaterra, em 1939; Dewey nasceu em 1859 nos Estados Unidos, trabalhou em Michigan, Chicago e New York, onde morreu em 1952; ambos foram contemporâneos e se tornaram muito conhecidos e respeitados nos meios intelectuais, mas cada qual em uma área do conhecimento – o primeiro na Psicologia, o segundo na Filosofia.

Essas breves descrições não apreendem a amplitude das contribuições tanto de Freud como de Dewey ao pensamento ocidental e à imagem que os seres humanos têm hoje de si mesmos, porque os legados freudiano e deweyano ultrapassaram as fronteiras territoriais e as distinções rigidamente estabelecidas entre as áreas do conhecimento. É justamente esta a justificativa do presente trabalho, no qual apresentaremos o ponto de vista de Dewey acerca de temas

que também foram analisados por Freud e que são decisivos para compreender o homem – pelo menos, o homem contemporâneo: a constituição do psiquismo; a formação e a resolução das patologias mentais; a cultura, em sentido amplo, e a educação como elemento mediador entre o indivíduo e a sociedade.

Nas três primeiras partes deste trabalho, faremos breves exposições das ideias de Freud sobre esses três temas, utilizando *Cinco lições de psicanálise* (FREUD, 1978a), *Mal-estar na civilização* (FREUD, 1978c) e *Esboço de psicanálise* (FREUD, 1978b), obras publicadas, respectivamente, em 1910, 1929 e 1938; em seguida, por meio de *Human nature and conduct* (DEWEY, 2002), livro de 1922, mostraremos a concepção de Dewey sobre esses mesmos assuntos. Essa análise irá limitar-se a contrapor as teorias dos dois autores, sem a pretensão de emitir juízos valorativos sobre elas. A mesma regra aplica-se à quarta e última parte deste texto, em que examinaremos os discursos freudiano e deweyano por meio da “nova retórica” de Chaïm Perelman, filósofo que integra o movimento de revisão da obra de Aristóteles iniciado na primeira metade do século XX (BERTI, 1997).

A teoria de Perelman, que é uma adaptação da retórica aristotélica à análise de textos impressos, considera que todo autor (orador) busca obter ou aumentar a adesão de seus eventuais leitores (auditório) às teses que defende. O *Tratado da argumentação*, de autoria de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), apresenta um vasto conjunto de estratégias argumentativas utilizadas para persuadir; mais do que isso, as técnicas retóricas apresentadas nesse livro são meios pelos quais um autor procura formar as disposições intelectuais e afetivas de sua audiência para despertar ações concretas – individuais ou coletivas – sobre o mundo.

Munidos de argumentos para persuadir seus respectivos auditórios, tanto Freud quanto Dewey contribuíram para elaborar diferentes maneiras de o homem contemporâneo ver a si mesmo e o mundo em que vive. Assim, na última parte deste trabalho, mostraremos que os argumentos utilizados por cada um deles para defender suas teses constituem discursos que ordenam o raciocínio dos leitores. Para explicitar esses diferentes discursos, recorreremos ao que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002, p. 479) denominam “pares filosóficos”.

Graficamente, os pares filosóficos são assim apresentados:

Termo I

Termo II

O Termo I corresponde ao aparente, o que se apresenta de imediato, o que é atual, o que é mais conhecido e comumente aceito, enquanto o Termo II fornece um critério, uma norma que permite distinguir o que é válido do que não é. O discurso que emprega pares filosóficos hierarquiza conceitos e

práticas por meio da técnica chamada “dissociação de noções” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 473), com a qual o orador classifica como ilusório, errôneo ou aparente tudo o que não se alinha com os parâmetros que ele considera válidos.

O psiquismo

Em *Esboço de psicanálise*, Freud (1978b, p. 199) explica que o psiquismo é composto por id, ego e superego. O id é a parte que contém “o que é herdado, que se acha presente no nascimento, que está assente na constituição” do indivíduo. Sua função é buscar a satisfação das necessidades inatas, as quais são expressas por meio de dois instintos básicos: Eros, ou instinto do amor e da preservação, e Tanatos, instinto da separação ou instinto de morte, que é destrutivo. Uma parte do id abriga também o material reprimido proveniente de impressões novas que, sendo rejeitado, deixou vestígio e ficou ali represado. Freud (1978b) afirma que a qualidade predominante do id é a de ser inconsciente, não possuindo comunicação direta com o mundo externo. Por ser desconhecido e de difícil acesso, seu conteúdo precisa ser inferido e traduzido à consciência por meio de técnicas: por exemplo, associação livre e interpretação do sonho.

O ego, por sua vez, abarca as atividades de pensamento e seus processos internos são conscientes, sem necessitar de qualquer assistência de nossa parte. O ego desempenha sua função perante os acontecimentos externos armazenando experiência relativa aos estímulos, evitando estimulação excessiva e produzindo modificações convenientes no mundo externo em seu próprio benefício. Sua tarefa é “controlar as exigências dos instintos, decidindo se elas devem ou não ser satisfeitas, adiando essa satisfação para ocasiões e circunstâncias favoráveis no mundo externo ou suprimindo inteiramente as suas excitações” (FREUD, 1978b, p. 200). Na primeira infância, por influência dos pais, que frequentemente tentam dominar os impulsos da criança, o ego é prejudicado pelas tensões a que é submetido para se desviar dos perigos provenientes dos desejos instintivos, que são de natureza sexual.

O terceiro componente do psiquismo, o superego, é o agente que observa o ego, emite ordens e juízos e o ameaça com punições, sendo, por isso, chamado de “nossa *consciência*” (FREUD, 1978b, p. 245, grifo no original). Sua principal tarefa é limitar as satisfações, fazer com que o ego resista à tentação de realizar algo censurável. Se o ego se recusa a obedecer às censuras do superego, surgem tensões e desavenças; porém, se o ego trabalha em plena

harmonia com o superego, tem sua autoestima elevada, como se tivesse feito uma importante realização.

Em *Mal-estar na civilização*, Freud (1978c) discorre sobre a gênese desses três componentes do psiquismo, explicando que, no início do desenvolvimento da criança, tudo é id. No entanto, a criança, além de receber impressões provenientes de seus próprios órgãos corporais, também percebe fontes externas de estimulação, como o seio da mãe; sendo constantemente contrastada por objetos que existem exteriormente e que somente surgem por meio de uma ação especial, inicia-se a diferenciação entre id, ego e mundo exterior. Essa diferenciação é favorecida pelas impressões de sofrimento, pois, ao buscar o prazer, afastando as fontes de desprazer, a criança qualifica o mundo exterior como estranho e ameaçador. A gênese do ego, portanto, está na diferenciação entre o que é interno e acessível – o que pertence ao ego – e o que é externo – o que provém do mundo externo.

Os objetos externos influenciam na formação do superego também. No processo de renúncia ao instinto, surge inicialmente o medo de uma autoridade externa, mas, com o passar do tempo, a criança incorpora a si aquela autoridade inatacável, surgindo então uma autoridade interna. Para Freud (1978c), na formação do superego e da consciência, fatores constitucionais inatos e influências do ambiente atuam de forma combinada, mas a ação exercida pela cultura pode ser modificada pela força do *a priori*, ou seja, dos componentes instintivos.

Freud (1978b, p. 200) reconhece que o superego e o ego são formados por experiências advindas da realidade externa: o primeiro é constituído pelo que é “retirado de outras pessoas”, como as “tradições raciais e nacionais”, a “influência parental”, as atribuições de “sucessores e substitutos posteriores dos pais, tais como professores e modelos, na vida pública, de ideais sociais admirados”; o segundo é “determinado” principalmente “pela própria experiência do indivíduo, isto é, por eventos acidentais e contemporâneos” (FREUD, 1978b, p. 201). No entanto, reconhece também que “o poder do id expressa o verdadeiro propósito da vida do organismo do indivíduo” (FREUD, 1978a, p. 201) e que os fatores relativos ao desenvolvimento cultural encontram dificuldades frente “à inércia da libido, à falta de inclinação desta para abandonar uma posição antiga por outra nova” (FREUD, 1978c, p. 164). Freud (1978b, p. 241) considera que as “influências filogenéticas que se acham representadas de alguma maneira no id, sob formas que ainda não somos capazes de apreender” e agem poderosamente sobre o ego no período inicial da vida; tais disposições originais são o “maior impedimento à civilização” (FREUD, 1978c, p. 175).

Assim, embora não desconsidere o peso do ambiente na constituição do psiquismo, a qual expressa a resolução do embate entre o id e a realidade externa, Freud (1978b, p. 34) destaca o “rigoroso determinismo da vida mental”,

priorizando a força dos elementos inatos. É em torno desse tema que reside a divergência de Dewey com Freud. Em *Human nature and conduct*, Dewey (2002) considera que o psiquismo não é dominado por elementos previamente definidos; a organização da mente individual decorre prioritariamente do contexto cultural permeado por hábitos e costumes partilhados, entendidos como “disposições”, “inclinações” (DEWEY, 2002, p. 25), “modos de crer e admirar” (DEWEY, 2002, p. 66), que formam uma “rede de significados e proposições” construídos e comunicados em meio à associação (DEWEY, 2002, p. 314). O que realmente importa na formação do eu é a influência dos hábitos e dos costumes, uma segunda natureza cujo caráter é social. Existe uma consciência geral, coletiva, proveniente da experiência associativa entre os seres humanos, e existe também uma consciência do sujeito, que surge em meio à primeira. O eu individual torna-se particularizado na medida em que entra em contato com o coletivo.

Dewey (2002) diz que os hábitos são adquiridos e ativos, projetivos e dinâmicos; eles formam os nossos desejos pessoais e orientam nossos pensamentos; eles não são apenas descargas passivas de energia que ocorrem no organismo, nem disposições fixadas pela repetição. Existe um meio habitual que filtra todos os materiais que chegam à nossa percepção e ao nosso pensamento e esse filtro não é “quimicamente puro”, mas “um reagente que adiciona novas qualidades e reorganiza o que é recebido” (DEWEY, 2002, p. 32). Para mudar, formar ou desenvolver um hábito, não basta simplesmente o querer nem a mera indicação externa do que se deve fazer, como em um processo mecânico. É preciso considerar de modo inteligente a disposição habitual mais próxima para entender o que deve ser objetivamente mudado no ambiente. É preciso também analisar inteligentemente os cursos de ação possíveis, a fim de alcançar o hábito pretendido.

Tal como Freud, Dewey também se refere aos impulsos como algo relevante na constituição do psiquismo; para ele, os impulsos são uma “força”, uma “urgência”, uma “indispensável fonte de liberação” (DEWEY, 2002, p. 105). Mas, Dewey se distancia de Freud ao dizer que a manifestação dos impulsos só é realmente uma fonte de liberação quando empregada para a renovação dos hábitos. Como força, os impulsos representam uma possibilidade de renovação, mas apenas uma possibilidade, nunca a garantia de uma “constante reorganização dos hábitos, a fim de encontrar novos elementos em novas situações” (DEWEY, 2002, p. 104).

Os instintos não são fechados e prontos, mas incompletos, e essa incompletude os torna flexíveis, de tal modo que seu resultado depende de como são reciprocamente entrelaçados, o que, por sua vez, depende das oportunidades e inibições proporcionadas pelo meio social. Por serem incompletos e flexí-

veis, os impulsos também possuem originalidade, possibilitando que ocorra a reconstrução da cultura. É errôneo tratar o psiquismo como decorrente de uma única causa, como quando se “atribui o fenômeno do distúrbio e do conflito que acompanha as relações sexuais a manifestações de uma força singular original, ou seja, a *libido*” (DEWEY, 2002, p. 154, grifo no original). É preciso “reconhecer a diversidade de atividades instintivas e as variadas maneiras como são modificadas por meio de mútuas interações, em resposta a diferentes condições” (DEWEY, 2002, p. 155).

Dewey (2002) afirma que o psiquismo não possui uma instância depositária de normas, princípios morais e ordenações – como é o superego na teoria de Freud – com a missão de guiar ou suprimir hábitos e instintos em benefício da vida consciente. Este autor considera que a busca de solução para os problemas e as decisões sobre as condutas são realizadas pela inteligência. E inteligência é também um hábito, o hábito de pensar reflexiva e inteligentemente sobre os dados da experiência, com o objetivo de unificar os diferentes componentes psíquicos. Inteligência é deliberação e “deliberação é uma experimentação para descobrir o que as várias e possíveis linhas de ação representam verdadeiramente”, é “um ensaio dramático (realizado na imaginação) de possíveis linhas de ação, variadas e mutuamente competitivas” (DEWEY, 2002, p. 190).

A deliberação inteligente não tem a finalidade de impedir que o eu conheça as paixões provenientes dos desejos e dos impulsos; sua função é observar e conhecer os fatos da experiência presente, os hábitos e os impulsos, para que seja possível, por meio do processo deliberativo, visualizar a probabilidade das tendências do comportamento e suas consequências para todo o meio social. Assim, para Dewey (2002, p. 179), a inteligência que é sinônimo de deliberação diz respeito à significação do presente, pois visa obter uma síntese racional que possibilite um “acordo entre os velhos hábitos e os novos impulsos”.

Quando olhamos para o futuro, para o fim que esperamos de uma atividade, temos grande chance de nos depararmos com frustrações pessoais, pois esperamos que o resultado de uma conduta seja idêntico ao que imaginamos como fim ideal. Mas, se considerarmos que o trabalho da inteligência e da deliberação se presta a ações voltadas para o presente, o resultado esperado é a coordenação das atividades, não a exatidão do objeto previamente desejado. Dewey (2002, p. 252) acredita que a diferença entre o que imaginamos e o que alcançamos explica as ilusões, decepções e frustrações “que a psicanálise tem nos trazido”. Ao entendermos que a ação decorre da deliberação, a qual resulta do estudo e do entendimento das paixões provenientes de hábitos e impulsos, saberemos que os desvios que ainda não permitiram completar as lacunas das necessidades podem ser repensados e a ação ser fundamentada no exame deliberativo, não em frustrações causadas pelo que ainda não conseguimos.

Assim, elementos como o eu, a personalidade e o caráter representam “a interpenetração dos hábitos”, segundo Dewey (2002, p. 38), e essa interpenetração, por sua vez, resulta de conflitos entre os variados hábitos, os impulsos liberados e coordenados. A teoria deweyana do psiquismo põe em primeiro plano a relação entre as energias oriundas do meio habitual, formado e estabilizado, e os obstáculos provenientes da experiência, os quais impedem a continuidade do que é habitual e permitem a liberação de impulsos e desejos que se contrapõem aos hábitos instaurados. Todo esse processo só ocorre por causa da deliberação inteligente, que opera como um método que possibilita formular juízos sobre tal conflito. A deliberação inteligente permite o desenvolvimento do pensamento inteligente, a equilibrção do eu e a previsão das condutas.

Patologias mentais e sublimação

Em *Cinco lições de psicanálise*, Freud (1978a, p. 15) descreve a formação das patologias mentais, as neuroses, como uma falha na repressão do id pelo superego. Quando essa falha ocorre, o impulso reprimido “*continua a existir no inconsciente* à espera de uma oportunidade para se revelar” (grifo no original). Forma-se então um substituto do reprimido, o qual permanece disfarçado e irreconhecível, mas logo a ele se vincula a mesma sensação de desprazer que o superego pretendia evitar. No sintoma, que é essa substituição, podem-se reconhecer as semelhanças com a ideia originalmente reprimida e é isto o que fundamenta o tratamento psicanalítico proposto por Freud, cujo objetivo é restituir o material reprimido à atividade mental consciente.

Feito isso, é preciso buscar outra solução para o conflito psíquico que não a oferecida pela repressão. Uma das saídas é encaminhar o desejo para algo irrepreensível e mais elevado – o que se denomina “sublimação” (FREUD, 1978a, p. 15). Para Freud (1978a), na sublimação a energia dos desejos não é anulada, mas se torna utilizável, pois o deslocamento da libido permite a reorientação dos objetivos instintivos, de maneira a evitar a frustração. Podem ser mencionados como exemplos a alegria de um artista ao criar uma obra, dando corpo às suas fantasias, e a satisfação de um cientista que soluciona problemas e elabora verdades (FREUD, 1978c, p. 143).

Freud (1978b) diz que nem todas as pessoas conseguem realizar a sublimação. Há casos em que o paciente não possui capacidade suficiente para se elevar acima dos instintos e, quando não realiza esse objetivo, a neurose é inevitável. Uma alternativa é fazer a sublimação por meio da atividade profissional, mas

isto só ocorre quando o trabalho é escolhido livremente, tornando possível usar as inclinações de impulsos persistentes ou constitucionalmente reforçados em benefício do ego (FREUD, 1978c). Mas, lamenta Freud (1978c, p. 144), o problema é que a “a grande maioria das pessoas só trabalha sob a pressão da necessidade, e essa natural aversão humana ao trabalho suscita problemas sociais extremamente difíceis”.

Assim, para Freud a sublimação dos instintos é dificultada pela constituição psíquica do homem, seja pela ausência original de capacidades especiais para realizá-la, seja pela natural repulsa ao trabalho. A discordância de Dewey atinge precisamente esse ponto, pois o filósofo americano considera que os impulsos são infinitos, plásticos, maleáveis, organizáveis, podendo ser encaminhados para atividades muito diferentes em qualidade e modificados pelas interações entre as pessoas. Por isso, Dewey (2002) afirma que é possível educar o potencial instintivo, ou seja, coordenar inteligentemente os impulsos. Para Dewey (2002, p. 96), é possível realizar um “tratamento deliberado dos impulsos”, uma educação que não seja a mera obediência aos costumes vigentes e nem a pura e simples liberação dos desejos.

Além disso, Dewey (2002) discorda da tese freudiana de que as patologias decorrem da repressão das forças instintivas por uma natureza humana inata deficitária; para ele, tais desordens advêm da ausência de um tratamento educativo do psiquismo. Quando a atividade impulsiva “é despida da estimulação regular” (DEWEY, 2002, p. 156) propiciada pelos vínculos e interações sociais, os instintos podem sofrer “uma descarga explosiva, avolumada”, tornando-se “cegos”, ou podem ser abruptamente refreados; e “impulsos reprimidos destilam veneno e produzem feridas inflamadas” (DEWEY, 2002, p. 164). O desenvolvimento de patologias mentais que acabam por necessitar de “atenção clínica” decorre da falta de organização dos impulsos em novos hábitos operantes, ou seja, decorre da falta de sublimação.

Dewey (2002, p. 34) não concorda com a afirmação da psicanálise de que “os hábitos mentais podem ser corrigidos unicamente por meio de algum tipo de manipulação psíquica”, sem qualquer referência às distorções de sensações e percepções ocasionadas pelo ambiente. Dewey (2002) também se opõe à psicoterapia psicanalítica, cuja meta é restituir à atividade mental consciente aquilo que foi reprimido, ou seja, desvendar o trajeto psíquico que levou à substituição da ideia repressada que culminou no sintoma (FREUD, 1978a). Dewey (2002) caracteriza a psicoterapia freudiana como limitada, por não levar em conta o ambiente social e cultural.

Para Dewey (2002, p. 156), “ser sublimado” significa “tornar-se um fator inteligentemente coordenado com outros fatores em um curso de ação contínuo”. Na sublimação ocorre uma conversão que leva o instintivo a se manifestar como

“atividade útil” ou “demanda recreativa” (DEWEY, 2002, p. 157). Um repente de raiva, por exemplo, pode ser convertido em um sentimento acerca de injustiças sociais a serem solucionadas, da mesma maneira como uma atração sexual pode se manifestar na arte; em ambos os casos, as potencialidades instintivas podem ser sublimadas, convertidas em resultados que representem “o funcionamento normal ou desejável do impulso”; nesses resultados, “o impulso opera como um pivô, ou reorganizador do hábito” (DEWEY, 2002, p. 156).

Dewey (2002, p. 160) diz que as “ocupações úteis que são socialmente organizadas para envolver o pensamento, alimentar a imaginação e equalizar o impacto do estresse” precisam aliar-se a atividades que oferecem tranquilidade e recreação, o que pode ser obtido por meio do “jogo e das belas-artes, ou da imaginação”, ou seja, por meio de atividades imaginativas, fantasiosas. A arte e o jogo são relevantes porque permitem “empenhar e libertar o impulso de maneiras bem diferentes daquelas em que são ocupados e empregados nas atividades ordinárias”, pois o jogo e a arte “adicionam significados novos e mais profundos às atividades usuais da vida” (DEWEY, 2002, p. 162).

As atividades artísticas e os jogos merecem atenção porque as ocupações ordinárias falham no que tange ao “engajamento da completa esfera de ação dos impulsos e instintos de maneira balanceada e elástica” (DEWEY, 2002, p. 163). Existe um “excesso de imaginação”, um excesso de impulsos que buscam a novidade e demandam um escoadouro que lhes é negado nas atividades públicas consideradas úteis às necessidades do cotidiano. Com o jogo e a arte consegue-se a “redução da dominação do prosaico”, como um protesto contra o “obscurecimento dos significados resultante das ocupações ordinárias”. Para Dewey (2002), a arte e o jogo liberam e encaminham a energia de “uma forma construtiva”.

A crítica de Dewey (2002) estende-se a toda psicologia clínica que coloca demasiada ênfase na influência do impulso sexual porque, nessas abordagens, não se reconhece a conexão desse impulso com outros, nem se percebe que a sublimação deve se efetivar sobre um variado e complexo conjunto de instintos. Dewey (2002) afirma que algumas correntes psicológicas, como a psicanálise, não compreendem que a causa das várias formas de distúrbios é justamente a desatenção ante esse amplo e variado conjunto de instintos.

Cultura e educação

Em *Mal-estar na civilização*, Freud (1978c, p. 157) diz que a essência da civilização reside na restrição da satisfação individual; uma “frustração

cultural” domina os relacionamentos sociais e gera distúrbios psíquicos e comportamentais. Por um lado, o ser humano é formado por forças instintivas que dificilmente são sublimadas; por outro, a repressão dos impulsos contraria a natureza original do homem e seu projeto natural de felicidade. Não há saída, nem para o homem, nem para a sociedade: estamos condenados à infelicidade individual e ao desequilíbrio social. Qualquer tentativa de organizar a sociedade por meio de ideais cooperativos será sempre fracassada.

Para Freud (1978c, p. 154), o vasto e complexo mundo subjetivo, que é permeado pela constante pressão dos desejos inconscientes, interfere em qualquer tipo de iniciativa educacional. A ordem social só se estabelece mediante “laborioso treinamento”, mas toda influência educativa desencadeia inibições dos instintos e, conseqüentemente, neuroses. Portanto, a teoria freudiana não permite acreditar no poder da educação para desenvolver um aparato moral positivo que contribua para o progresso social. Freud (1978c, p. 194) admite ser possível utilizar as forças do “eterno Eros” contra seu adversário, o “instinto humano de agressão e autodestruição”, o que resultaria em um desenvolvimento cultural da sociedade. Mas, Freud (1978c, p. 194) reluta: “quem pode prever com que sucesso e com que resultado?”.

Freud (1978c) afirma que o âmago do ser humano é o inconsciente, que é inacessível e desconhecido. É impossível conhecer plenamente o homem, seus desejos, suas intencionalidades e suas disposições. Sempre haverá algo oculto impedindo a realização plena dos objetivos da educação e o direcionamento das interações sociais. Em contraste, para Dewey (2002), os homens são formados na experiência, são seres que se desenvolvem em meio a um contexto físico e cultural, são possuidores de um universo de hábitos, instintos e necessidades que podem ser conhecidos. Por isso, Dewey (2002) discorda da visão de Freud sobre a sociedade; para ele, os esforços educativos podem resultar na modificação dos hábitos culturais e na emancipação social.

Dewey (2002) opõe-se às teorias que concebem os impulsos como unidades fixas e inatas, que classificam os impulsos em categorias e quantidades, que simplificam a complexidade dos inúmeros impulsos que compõem a vida e que afirmam haver impulsos correspondentes a determinadas forças e condutas. Para Dewey (2002, p. 153), “o tratamento do sexo pela psicanálise” mostra “tanto as conseqüências de uma simplificação artificial quanto a transformação dos resultados sociais em causas psíquicas”; a psicanálise vê os fenômenos “que são sintomas peculiares da civilização ocidental na atualidade como se fossem efeitos necessários de impulsos inatos e fixos pertencentes à natureza humana”.

Dewey (2002) acredita na possibilidade de realizar uma sociedade não impositiva de valores morais, em que seja disseminado o pensamento reflexivo, em que não exista a dicotomia entre o hábito e o pensamento. Tal sociedade

possibilitaria a todos o desenvolvimento da capacidade de pensar e deliberar inteligentemente sobre os fatores que determinam as condutas. Aceitar que o pensamento, a razão e a moralidade não decorrem dos costumes, dos hábitos e da vida prática presente significa compartilhar de um autoritarismo moral em que a regra para a conduta é buscada em uma racionalidade exterior que “em determinado momento é firmada, cegamente, como uma autoridade final” (DEWEY, 2002, p. 67).

Se o que buscamos é a readaptação inteligente e significativa de hábitos e costumes, devemos admitir que a autoridade reguladora da conduta “é aquela que vem da vida”, que surge da investigação das coisas concretas (DEWEY, 2002, p. 81). Assim, o pensamento pode se tornar atuante na busca por um modo de vida democrático, conforme se encontra elaborado em outras obras de Dewey – *Como pensamos e Democracia e educação*, por exemplo.

Dewey (2002, p. 49) explica que o conhecimento que temos da experiência presente é probabilístico, uma vez que as disposições, os fatos e os fenômenos estudados evidenciam certa regularidade dos hábitos, mas, ao mesmo tempo, mostram que a atividade dos hábitos em algum caso particular “é sujeita a contingências, a circunstâncias que são imprevisíveis”, podendo levar um conjunto de ações a ter um efeito diferente do usual.

Nesse aspecto, parece haver certa concordância de Dewey com Freud, que também admite o caráter provável do conhecimento. Em *Esboço de psicanálise*, Freud (1978b) explica que a investigação psicanalítica busca entender o que está por trás daquilo que se apresenta diretamente à percepção, mas reconhece que essa tentativa de desvendar o material oculto não resulta em conhecimento preciso. Freud (1978b) diz que a psicanálise procura preencher as lacunas que existem na consciência, da mesma maneira como faz um físico, mas o que se pode inferir desse esforço não se enquadra nos parâmetros estritos da objetividade.

Tanto para Freud quanto para Dewey, essa inexatidão não constitui um obstáculo intransponível. Para o primeiro, o caráter impreciso do conhecimento psicanalítico não impede o desenvolvimento e a aplicação de uma técnica terapêutica. Para o segundo, o caráter probabilístico do conhecimento não obstrui a esperança na educação e na democracia, pois ainda assim é possível fazer certa antecipação das tendências do comportamento humano, o que serve de guia para a elaboração de hipóteses que serão testadas, corrigidas e ampliadas por meio da experiência (DEWEY, 2002, p. 65).

A dissociação de noções

O exame comparativo das teorias de Freud e Dewey feito neste trabalho, por meio das obras selecionadas para este fim, permite perceber discordâncias, mas também algumas concordâncias, entre os dois pensadores. A primeira divergência é sobre os instintos: para Freud, as forças instintivas são inatas, imutáveis e determinantes do ser humano, ocupando uma região do psiquismo que é desconhecida e praticamente inacessível – o inconsciente; para Dewey, os instintos sofrem a influência do ambiente social e por isso são flexíveis e passíveis de serem conhecidos e direcionados.

Podemos expor a teoria freudiana por meio do seguinte par filosófico:

(I) Externo
(II) Interno

Esse par expressa a dissociação entre duas noções – *interno* e *externo* – que carregam consigo uma determinada maneira de conceber e explicar o ser humano: todos os fenômenos observáveis externamente são causados por forças internas. Ao termo *interno* vinculam-se noções como *inobservável*, *inacessível* e *indirecionável*. *Interno* também se vincula a *inato*, termo que compõe o seguinte par, igualmente decisivo para exprimir a visão freudiana acerca do homem:

(I) Adquirido
(II) Inato

O discurso deweyano, por sua vez, inverte a posição dos termos desses pares, a começar pelo primeiro:

(I) Interno
(II) Externo

Para Dewey, o ser humano deve ser analisado por meio dos vínculos associativos que se formam no ambiente social, no qual o *adquirido* é o que conta prioritariamente, não o que se possui *a priori*. O segundo par, portanto, tem seus termos igualmente invertidos:

(I) Inato
(II) Adquirido

No que diz respeito à origem das patologias mentais, a divergência entre ambos tem as mesmas bases e pode ser descrita pelos mesmos pares. A inversão dos termos do par freudiano explica o otimismo de Dewey perante a sublimação, processo que, segundo ele, pode ocorrer sem a interferência da psicoterapia. Enquanto Freud vê os desajustes psicológicos como resultantes de processos *internos e inatos*, Dewey os vê como decorrentes de fatores *externos e adquiridos*, o que dá margem à resolução das patologias por meio de atividades sociais e intelectuais – como a arte e o jogo.

É preciso introduzir aqui uma importante observação: Dewey não nega a existência ou a força dos instintos, como também não considera que as forças ambientais possuam a capacidade de moldar, sozinhas, o ser humano. Em *Human nature and conduct*, notamos que os elementos *exteriores e adquiridos* atuam sobre os *interiores e inatos* de maneira interativa. O que Dewey (2002, p. 92) diz é que as disposições que fazem parte “de uma dotação natural do homem ao nascer” não significam nada em si mesmas; elas são mera ação orgânica e, como tal, não precisam ser analisadas. O que importa para a continuidade da vida são os significados gerados e modificados pelos vínculos estabelecidos socialmente; o que interessa entender é de que maneira o elemento inato é “modificado pela interação com diferentes ambientes”, isto é, o significado que tal elemento adquire na vida prática.

Esse ponto de vista consta também em uma obra anterior a *Human nature and conduct*, publicada em 1916, na qual Dewey (1958, p. 18) diz que uma criança vivendo em uma família de músicos “terá inevitavelmente estimuladas, por menores que elas sejam, as suas aptidões musicais, e as terá mais estimuladas, relativamente, do que outros impulsos que poderiam despertar em diverso ambiente”. Assim, o que é externo “não cria os impulsos de predileção e desagrado, mas proporciona os objetos a que eles se aplicam”. Em trabalho posterior, datado da década de 1930, encontra-se afirmação semelhante: é “evidente que embora haja estruturas orgânicas e biológicas que se mantêm geralmente constantes, as reais ‘leis’ da natureza humana são leis dos indivíduos em associação” (DEWEY, 1970, p. 48).

Em suma, o que Dewey destaca é o erro cometido por teorias que separam, de maneira estanque e polarizada, os fatores naturais dos sociais, ou seja, que promovem a polarização entre o inato e o adquirido, valorizando um desses termos em detrimento do outro. Gregory Pappas (2008, p. 170) afirma que Dewey percebe que o debate filosófico vem formando apenas “famílias de oposições” e que isso restringe o diálogo entre as filosofias a uma tentativa para determinar “qual lado da oposição é ontologicamente primeiro” (PAPPAS, 2008, p. 171). Na visão deweyana, o mundo é uma mistura de opostos que podem ser distinguidos sem que um polo elimine completamente o outro. A tensão

indesejável entre os opostos constitui uma “situação problemática” e o desafio não é eliminar essa tensão, mas encontrar “os limites ou o equilíbrio” entre as tendências divergentes.

Pappas (2008, p. 172) considera que Dewey busca um “equilíbrio integrativo” entre posicionamentos extremados, pois para ele os opostos estão presentes na vida “de forma entremeada”, devendo, por isso mesmo, coexistir (PAPPAS, 2008, p. 175). Os termos em oposição “devem interagir ou influenciar-se mutuamente, de maneira significativa” (PAPPAS, 2008, p. 172), e o resultado não é o retorno a um ou a outro, mas a interação entre ambos, por meio de um processo em que “todas as partes estejam igualmente presentes” e a predominância de um fator não desconsidere os outros, que também participam na constituição do todo (PAPPAS, 2008, p. 174).

Se concordarmos com Pappas, devemos reconhecer que a dissociação de noções não é o cerne da argumentação de Dewey, pois ele se opõe tanto aos pares *externo/interno* e *adquirido/inato* quanto aos opostos desses mesmos pares – *interno/externo* e *inato/adquirido*. Se assim for, devemos reconhecer também que o raciocínio de Dewey foge ao que é habitual no discurso dos filósofos, cujo procedimento mais comum é apelar a pares filosóficos e levar seus auditórios a pensar segundo padrões dualísticos. Talvez resida, nesse ponto, a origem de certa dificuldade em compreender o discurso deweyano, pois seus leitores esperam poder classificá-lo em um ou outro dos polos em que se organiza o pensamento filosófico – ou o domínio da razão, do intelecto e do espírito, ou o inverso, a preponderância dos sentidos – para constituir “famílias de oposições” (PAPPAS, 2008, p. 170).

Mesmo concordando com Pappas em linhas gerais, devemos observar que nem sempre Dewey rejeita a dissociação de noções. Como vimos neste trabalho, o discurso deweyano não se esquivava de elaborar hierarquias quando os assuntos em pauta são cultura e educação. E é nesses pontos que se encontra a discordância crucial de Dewey com Freud. Embora Freud não tenha se ocupado diretamente de temáticas educacionais, é possível considerar que a sua visão acerca do inconsciente – conforme visto neste trabalho, uma região inacessível e desconhecida – o coloca contrariamente à crença na realização de uma ordem social mais equilibrada e na plena efetivação dos objetivos estabelecidos pela educação. Dewey, ao contrário e de maneira também coerente com a sua visão sobre os mesmos temas, acredita que o desenvolvimento da inteligência, por intermédio da educação, é um meio efetivo para a edificação de um modo de vida democrático.

Mas, as linhas discursivas dos dois pensadores coincidem em um aspecto, o qual pode ser descrito pelo seguinte par filosófico:

Certeza
Probabilidade

Como apresentamos neste trabalho, nem Dewey nem Freud veem as suas respectivas teorias como capazes de fornecer conhecimento seguro, preciso e inquestionável acerca dos objetos a que se dedicam. Por razões diferentes, ambos sabem que estão lidando com propostas incertas de solução para os problemas do homem e da sociedade. Enquanto Freud reflete sobre saúde mental e propõe uma forma de superar as patologias, o filósofo Dewey examina a educação contemporânea e sugere parâmetros para uma nova escola; ambos acreditam no potencial transformador de suas propostas, no sentido de amenizar o mal-estar do homem no mundo, mas têm plena ciência de que se trata de instrumentos inexatos: a psicoterapia freudiana e a nova educação deweyana integram o conjunto das boas criações da inteligência humana, cujos resultados dependem, como sempre, de como os auditórios as compreendem, as utilizam e as desenvolvem.

No âmbito da inexatidão, existe sempre vulnerabilidade e risco, possibilidades de construção e desconstrução de categorias, identidades e conceitos. A esfera do possível, presente tanto em Freud como em Dewey, expressa uma visão do homem e da sociedade que contém abertura para a busca de um mundo melhor, mas enfrenta o risco da incerteza, o que pode levar a interpretações rígidas em busca de soluções finais e indubitáveis. Por esse motivo, as teorias freudiana e deweyana devem ser continuamente submetidas a exame criterioso, levando em conta as necessidades do presente, para que suas proposições sejam mantidas vivas e atuais.

REFERÊNCIAS

BERTI, E. *Aristóteles no século XX*. Trad. de Dion David Macedo. São Paulo: Loyola, 1997.

DEWEY, J. *Democracia e educação: introdução à filosofia da educação*. 3. ed. Trad. de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1958.

_____. *Liberalismo, liberdade e cultura*. Trad. de Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1970.

_____. *Human nature and conduct: an introduction to social psychology*. New York: Prometheus Books, 2002.

FREUD, S. *Cinco lições de psicanálise*. Trad. de Durval Marcondes e J. Barbosa Correa. São Paulo: Abril Cultural, 1978a.

_____. *Esboço de psicanálise*. Trad. de José Octávio de Aguiar Abreu. São Paulo: Abril Cultural, 1978b.

_____. *Mal-estar na civilização*. Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. São Paulo: Abril Cultural, 1978c.

GARRISON, J. *Dewey e Derrida: além do pragmatismo, do pós-estruturalismo e do pós-modernismo*. Texto da conferência do Professor Garrison proferida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP, em 05 de agosto de 2010. Trad. de Marcus Vinicius da Cunha.

PAPPAS, G. *John Dewey's ethics: democracy as experience*. Bloomington: Indiana University, 2008.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Texto recebido em 18 de fevereiro de 2010.

Texto aprovado em 21 de julho de 2010.